



PREFEITURA MUNICIPAL DE GARANHUNS

DECRETO Nº 105/2021

EMENTA: Dispõe sobre procedimentos contábeis, orçamentários, financeiros e administrativos para fechamento do exercício de 2021 e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE GARANHUNS, ESTADO DE PERNAMBUCO, no uso das atribuições conferidas pela Lei Orgânica do Município, consoante disposições da Lei Complementar nº 101, de 2000, da Lei Federal nº 4.320, de 1964 e legislação pertinente,

CONSIDERANDO a necessidade de disciplinar alguns procedimentos para fechamento do exercício de 2021 de natureza orçamentária, contábil e financeira objetivando o cumprimento das disposições legais e das normas de contabilidade aplicadas ao setor público;

CONSIDERANDO a necessidade de harmonizar as providências no âmbito da Administração Direta e Indireta para a realização dos procedimentos de fechamento de exercício, que facilitarão a elaboração da prestação de contas de 2021.

DECRETA:

CAPÍTULO I DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Seção I Dos Procedimentos Gerais

Art. 1º. Este Decreto disciplina procedimentos nas áreas administrativas, orçamentárias, contábeis, financeiras e de gestão fiscal, no âmbito da Administração Direta e Indireta do Município, para efeito de fechamento do exercício financeiro de 2021.

Parágrafo Único - Os procedimentos detalhados nos artigos seguintes destinam-se a viabilizar o cumprimento das disposições da Lei Complementar nº 101, de 2000, da Lei Federal nº 4.320, de 1964, das normas brasileiras de contabilidade aplicadas ao setor público e de administração financeira.

Seção II Dos Créditos Tributários e da Dívida Ativa

Art. 2º. O Setor de Tributação informará ao Setor de Contabilidade os valores que integrarão os balanços e demonstrações contábeis do exercício de 2021, compreendendo:

- I. valores dos tributos lançados em 2021;
- II. valores dos tributos arrecadados até 31 de dezembro de 2021;
- III. valores dos créditos tributários a receber, lançados no corrente exercício, pendentes de pagamentos;



PREFEITURA MUNICIPAL DE GARANHUNS

- IV. valor da dívida ativa tributária inscrita em 2021;
- V. valor da dívida ativa tributária paga em 2021;
- VI. valor da dívida ativa tributária existente em 31 de dezembro de 2021, discriminada por exercício.

Seção III Da Geração de Despesas

Art. 3º. Fica desautorizada a geração de despesas novas a partir do dia 15 de dezembro de 2021, até o encerramento do corrente exercício, sem autorização do Prefeito, exceto as despesas necessárias ao cumprimento do art. 212 da Constituição Federal e ao art. 7º da Lei Complementar nº 141, de 2012, relativos à aplicação dos percentuais mínimos na manutenção e desenvolvimento do ensino e nas ações e serviços públicos de saúde, com programação autorizada.

Art. 4º. Casos emergenciais e situações de excepcional interesse público que ensejem a realização de despesa após a data limite, estabelecida neste Decreto, necessitam de autorização específica do Prefeito.

CAPÍTULO II DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Seção I Dos Empenhos de Despesa

Art. 5º. Fica estabelecida a data limite de 15 de dezembro de 2021, para emissão de Empenhos, ressalvadas as seguintes situações:

- I. contratos e convênios com obrigações ainda neste exercício, com recursos depositados em conta;
- II. despesas de pessoal, incluídos os encargos sociais;
- III. despesas com precatórios e amortização da dívida pública consolidada;
- IV. despesas para acudir situações emergenciais e de excepcional interesse público, ordenadas pelo Prefeito após aceitar as justificativas dos interessados;
- V. despesas para atender ao ensino e à saúde que sejam necessárias ao cumprimento dos percentuais mínimos estabelecidos na legislação.

Art. 6º. Fica estabelecida a data limite de 17 de dezembro de 2021 para o(a)s Secretários(as) encaminharem as solicitações de anulação de saldos de empenhos emitidos no corrente exercício, exceto com fontes de recursos vinculados, bem como identificar através de ofício os empenhos que irão ser inscritos em restos a pagar no exercício subsequente.

Art. 7º. Fica estabelecida a data limite de 31 de dezembro de 2021 para anulação de saldos de empenhos estimativos e globais emitidos no corrente exercício, exceto com fontes de recursos vinculados.

Seção II Das Liquidações



PREFEITURA MUNICIPAL DE GARANHUNS

Art. 8º. Fica estabelecida a data limite de 17 de dezembro de 2021 para encaminhamento de solicitação de liquidação de notas fiscais/faturas/recibos à secretaria de finanças, ressalvadas as seguintes situações:

- I. contratos e convênios com obrigações ainda neste exercício, com recursos depositados em conta;
- II. despesas de pessoal, incluídos os encargos sociais;
- III. despesas com precatórios e amortização da dívida pública consolidada;
- IV. despesas para acudir situações emergenciais e de excepcional interesse público, ordenadas pelo Prefeito após aceitar as justificativas dos interessados;
- V. despesas para atender ao ensino e à saúde que sejam necessárias ao cumprimento dos percentuais mínimos estabelecidos na legislação.

Seção III Dos Pagamentos

Art. 9º. As despesas regularmente liquidadas serão pagas até o dia 22 de dezembro de 2021, consoante programação aprovada, ressalvadas as seguintes situações:

- I. contratos e convênios com obrigações ainda neste exercício, com recursos depositados em conta;
- II. despesas de pessoal, incluídos os encargos sociais;
- III. despesas com precatórios e amortização da dívida pública consolidada;
- IV. despesas para acudir situações emergenciais e de excepcional interesse público, ordenadas pelo Prefeito após aceitar as justificativas dos interessados;
- V. despesas para atender ao ensino e à saúde que sejam necessárias ao cumprimento dos percentuais mínimos estabelecidos na legislação.

Seção IV Da Dívida Consolidada Pública

Art. 10. A Secretaria de Finanças e a Secretaria de Administração solicitará à CELPE, COMPESA, Receita Federal do Brasil e Caixa Econômica Federal a posição das dívidas que o Município tenha com as concessionárias de água e energia elétrica, INSS, PASEP e FGTS, decorrentes de parcelamentos de débitos, para efeito de conferência, registro e inclusão nos balanços e demonstrações contábeis do exercício de 2021.

§ 1º - Também deverão ser solicitados pela Secretaria de Administração, às instituições financeiras que realizaram operações de crédito consignado com servidores municipais, para que informem ao Município a posição dos débitos com respectivos credores e valores que são retidos mensalmente.

§ 2º - A Secretaria de Administração conferirá as informações dos bancos com os registros e as folhas de pagamento de pessoal que têm retenções de empréstimos consignados, para aferir a exatidão.

§ 3º - As informações de que trata o caput deste artigo deverão ser solicitadas de imediato e monitorados os retornos dos dados até o 30/12/2021.



PREFEITURA MUNICIPAL DE GARANHUNS

Seção V Dos Inventários

Art. 11. Os órgãos encarregados do controle de bens móveis e imóveis e do controle dos materiais de almoxarifado deverão providenciar os inventários respectivos, para entregá-los à Contabilidade até 31 de dezembro de 2021, consoante disposições do art. 96 da Lei Federal nº 4.320, de 1964.

Art. 12. As disposições do art. 9º também abrangem a elaboração de inventários de medicamentos, gêneros alimentícios, material de expediente, material de limpeza e outros nas unidades administrativas municipais.

Seção VI Disposições Gerais

Art. 13. Não deverão ser contraídas despesas que não possam ser pagas integralmente dentro do exercício financeiro ou inscritas em restos a pagar, sem que haja disponibilidade financeira para seu cumprimento.

Art. 14. Tem precedência o pagamento das despesas relativas às contribuições previdenciárias, precatórios, débitos com a União, pessoal e outros estabelecidos em lei.

Art. 15. Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 16. Revogam-se as demais disposições em contrário.

PALÁCIO MUNICIPAL CELSO GALVÃO, em 05 de novembro de 2021.

SIVALDO RODRIGUES ALBINO
Prefeito